
SAN JUAN – GAC: Encontro do Grupo de Trabalho de nomes geográficos
Domingo, 11 de março de 2018 – 9h30 às 10h30 AST
ICANN61 | San Juan, Porto Rico

OLGA CAVALLI:

Por favor, ocupem seus lugares. Estamos para começar com o item 9 na agenda, dentro das atividades da sessão do grupo de trabalho sobre nomes geográficos do GAC, para as 9:30 do domingo, 11 de março. Quando tomarem a palavra, por favor, lembrem de dizer seu nome, e a que país pertencem para os registros. Dou as boas-vindas. Vão ocupando seus lugares. Vejo que há alguns colegas que só agora estão entrando na sala. Vamos começar daqui a uns minutos. Obrigado a todos que vieram hoje cedo para a sessão de NomCom, e que continuam com todos nós. E para aqueles que, agora, estão chegando para esta reunião. Se lembram da última reunião desse grupo de trabalho, acordamos que iríamos utilizar esse espaço para rever as atividades da área de trabalho 5 e, com base na experiência das diferentes questões tratadas nesse grupo de trabalho, vamos analisar como podemos fazer a nossa contribuição as atividades da área de trabalho 5 do lado do GAC. Ou, se podíamos rever algumas questões que estão a ser discutidas na área de trabalho 5. Iríamos fazê-lo. Então preparei uma apresentação de PowerPoint bem detalhada, que explica esse

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

arquivo tão grande, que foi compartilhado para àqueles que estão na lista de e-mails da área de trabalho 5, terão recebido um arquivo em Excel bem grande que não é fácil de entender. Então, esse foi um esforço da minha parte, para dar uma versão mais simples do conteúdo desse arquivo Excel, para que depois vocês possam rever esse arquivo com essa informação por adiantado.

Como temos novos membros no GAC, permitam que eu explique porque esse grupo de trabalho está fazendo essa análise. Esse é um grupo de trabalho interno ao GAC, não intercomunitário, que nasceu com a ideia de criar esse espaço, porque havia alguns conflitos. Ainda são pendentos de resolução porque havia alguns nomes que eram pertinentes para as comunidades, ou que tinham importância. Ou eram utilizados como novos gTLDs. E isso traz também confusão, conflitos, para os solicitantes, e também para as comunidade e governos afetados. É por isso que criamos esse espaço, para considerar diferentes maneiras de abordar esse problema.

Agora temos, dentro do processo de PDP da GNSO, a área de trabalho 5 para a rodada dos novos gTLDs, e estamos revendo as atividades que são realizadas nesse âmbito. E para tratar de dar a nossa perspectiva. O propósito desse grupo de trabalho era desenvolver opções práticas para melhorar a proteção dos

nomes geográficos durante qualquer expansão futuras dos gTLDs.

Desenvolver sugestões práticas, e regras para diminuir as incertezas, tanto para governos, quanto para comunidades e solicitantes que, quando começa a ser utilizado o nome geográfico, ou uma comunidade desenvolver regras de melhores práticas, para evitar o uso indevido de nomes de comunidades geográficas como nomes de gTLDs, e, ao mesmo tempo, reduzir o número de incerteza para os solicitantes, marcas comerciais, e empresas envolvidas. Garantir a participação da comunidade local, governos e outras partes interessadas, pertinentes, nas etapas iniciais para evitar os riscos futuros e demoras para essas solicitações de novos gTLDs. E focar-nos, principalmente, nos nomes com importância geográfica. E isso é muito importante. Que não estão incluídos nas listas da ISO, ou das Nações Unidas, ou alguma lista regional pertinente. Não são nomes que só estejam formalmente descrito nesta lista, mas são nomes que têm uma importância para as comunidades e governos.

O grupo de trabalho elaborou muitos documentos. Nenhum foi aprovado por todo o GAC, mas foi um bom exercício para analisar diferentes possibilidades. Falamos sobre um possível repositório de nomes, com importância geográfica, e outras opções Consideramos ideias de ter algumas regras para definir

melhores práticas, que poderiam ser tomadas pelo solicitante, antes de apresentar uma solicitação para um termo que poderia ter um significado geográfico.

Se vocês são novos e querem rever esses documentos, alguns estão disponíveis no website do GAC, ou podemos enviá-los a vocês. Não são documentos acordados entre o GAC, mas foram exercícios de troca de ideias e opiniões, sobre o qual consideramos que era um tema importante.

A área de trabalho 5 se foca nisso, e agora vamos passar a ver o que esteve acontecendo na área de trabalho 5, para estar informados a respeito.

Algum comentário ou pergunta sobre o grupo de trabalho em geral? Se vocês querem se unir a lista de distribuição do grupo de trabalho, por favor, me avisem, ou avisem a Julia ou Gulten, não sei se está bem pronunciado. E eles vão incluí-los.

Vamos passar para o seguinte slide. O que é que fez a área de trabalho 5? Ele não é um grupo de trabalho do GAC, mas um grupo de trabalho intercomunitário. Quer dizer que está coliderado pelo GAC, a GNSO, a ccNSO e a ALAC.

Há 4 copresidentes, ou 4 colíderes, e todos trabalhamos juntos com a comunidade para avançar e trabalhar nessa revisão de nomes geográficos, com relação a este novo PDP. PDP significa

processo de desenvolvimento de política, que são os processos que realiza a GNSO. A GNSO é a organização de apoio dentro da ICANN, que se ocupa dos nomes genéricos. O trabalho começou em novembro de 2017, com 145 membros e 82 observadores de toda a comunidade.

Acordamos um documento de termos de referencia, o qual vou reemitir agora. E, neste momento, estamos revisando o que constitui um nome geográfico. Já vou falar disso. Mas primeiro quero revisar com os senhores os aspectos mais destacados dos termos de referencia.

Há aqui alguns comentários no chat que não posso ler porque estou fazendo outras coisas agora. Obrigado Gulden. Então há uma coisa importante que talvez queiram revisar, similar ao web, onde apareceram muitas perguntas da comunidade para conhecer os antecedentes dessa questão dos nomes geográficos dos novos gTLDs.

Se estão interessados, eu sugiro que escutem as gravações. Não sei se temos transcrições. Esse foi liderado por Annabeth Lange, e foi muito interessante. Eu sugiro que incluam o fato de que há nomes que não estão incorporados nas listas oficiais. E ali surgiu o tema de .AMAZON com vários comentários. Então se estiverem interessados, podem escutar essas gravações do seminário web.

O trabalho atual está sendo comparado as diferentes definições. Aqui aparece que estão trabalhando na liderança do grupo, e os pontos a destacar dos termos de referencia são os seguintes. Esta área de trabalho número 5 se centra nos nomes geográficos de primeiro nível. Não tem a ver com o segundo e terceiro nível, apenas no primeiro nível. Está estruturado para incentivar uma participação equilibrada e ampla de toda a comunidade. Inclui também os líderes de forma conjunta para a área de trabalho. Então somos 4 e isso está coordenado pelos copresidentes do grupo de trabalho, que são Cheryl Langon-Orr e Newman também. Então aqui temos os copresidentes do PDP, que buscam conversa de forma estruturada sobre nomes geográficos, afim de que isso leve a procedimentos sustentáveis, confiáveis e preventivos para a apresentação de novas solicitações dos gTLDs, e que sejam sensíveis a preocupações de todos os membros da comunidade e se assegura que os participantes se preocupem com todo o processo, que é suficientemente inclusivo.

Então aqui queremos reduzir o nível de incertezas, e as possibilidades de conflitos. O valor desse PDP, é que é um esforço interdisciplinar. Não é liderado apenas pelo GAC, mas também há outros integrantes da comunidade. Tem uma forma diferente de tomar decisões, e difere da forma que fazemos no GAC. Muitos comentários que quero fazer quanto aos termos de

referencia é que eles já estão estabelecidos. Houve oportunidade para fazer alterações, mas já não existe mais essa oportunidade. Esse é um texto acordado, e estou apenas falando do que se trata, não estamos discutindo o texto em si.

Outros aspectos para ser tratado sobre os termos de referencia, tem a ver com o alcance. A área de trabalho 5 vai se centrar em desenvolver recomendações propostas sobre nomes geográficos do primeiro nível, inclusive as formas ASCII e IDM. E vai considerar o que constitui o nome geográfico no contexto específico do programa de novos gTLDs. Isso é o que o grupo está fazendo atualmente.

Analisando as recomendações de políticas da GNSO de 2007, sobre a introdução dos novos domínios genéricos e as regras pertinentes no guia para solicitante de 2012, como procedimento de revisão de nomes geográficos, salvo eleições estendidas de nomes geográficos e o procedimento objeção, e levar em conta também o trabalho anterior, referido a nomes geográficos, que pode ter feito a comunidade. Todas essas são contribuições que o grupo vai levar em conta.

Este último parágrafo é importante. Traz discussões mais amplas sobre o mandato sobre as organizações de apoio e os comitês assessores, bem como a atribuições de domínios de nome geográfico de segundo e terceiro nível, que fica fora do

alcance dessa área de trabalho. Então aqui alamos dessa parte do nome que corresponde o que está a direta do ponto. Apenas do primeiro nível, e não do segundo e do terceiro nível.

Muito bem. O que vamos desenvolver? É um plano de trabalho, linha de tempo, coisas a entregar. Vamos chegar a um consenso sobre as recomendações de política possíveis. Uma orientação de implementação. Também com respeito a nomes geográficos de primeiro nível, vamos continuar o processo estabelecido para as áreas de trabalho que já existem, com recomendações propostas. E a correspondente fundamentação, para que seja considerado por todo o grupo de trabalho, e sua possível aprovação como recomendação do PDP. Lembre que essa é a quinta área de trabalho. No que nós vamos fazer, vai ir de forma direta ao trabalho que está realizando a GNSO. Os níveis de consenso para todas as recomendações serão determinados pela sessão sobre tomadas de decisões de trabalho. É a referencia que vamos passar aqui. O grupo de trabalho pleno vai publicar seu relatório inicial, para ser submetido a comentários públicos. Ali vão ter possibilidades de fazer comentários, mas se participamos em uma etapa mais precoce, lembre que há mais possibilidades de que os nossos pontos de vista sejam considerados no relatório preliminar. Que, claro, vão chegar ao GAC para sua revisão .O relatório final e as recomendações da

área de trabalho 5 vão ser entregues ao grupo de trabalho no plenário.

A tomada de decisões, esse é um ponto importante. Não se toma decisões na mesma forma do GAC, que isso acompanha mais o estilo da GNSO, de que há um consenso pleno, ninguém que se opunha a recomendação. Apenas uma pequena minoria está em desacordo, mas a maioria está de acordo com um apoio contundente. Mas de uma posição significativa, essa seria uma oposição na qual há uma quantidade significativa de integrantes que não apoiam. Divergência, por sua vez, mencionada como não consenso, ou falta de consenso, é uma posição na qual não há um apoio contundente para nenhuma posição inicial, mas que há diversos pontos de vista. São uma posição minoritária, que fez referência a uma proposta onde um pequeno grupo de pessoas apoia a recomendação.

Como resposta talvez a um consenso, um apoio contundente, com oposição significativa, ou a falta de consideração. Isso pode acontecer nos casos onde não há apoio, nem oposição. Uma sugestão realizada por um pequeno grupo de pessoas. Isso está determinado dentro dos termos de referência. Lembre que o processo de tomada de decisões na área de trabalho 5, é diferente do que normalmente nós fazemos aqui no GAC.

Para ter um consenso pleno, consenso e apoio contundente, ou qualquer uma dessas diferentes situações, ou opções, há uma atividade que se realiza no grupo para manter esse consenso. Então é importante que se estão interessados em participar, que realmente o façam de forma ativa nas videoconferências e nas discussões. Qual a composição?

Eu tenho alguns números que são diferentes do que aparecem aqui na tela, mas vai dar uma ideia da participação. A GNSO tem vários membros da sua comunidade que participam dessa organização de apoio. Tem uma participação muito ativa. Há vários membros do GAC indicados formalmente, que trabalham no grupo, e na ccNSO há 19 pessoas. 25 a título pessoal, e um representante do RSSAC, aqui está o vínculo, o documento que eu compartilhei com o grupo ontem a noite.

Os termos de referencia já estão estabelecidos. O documento completo podem acessar na wiki da área de trabalho 5, e se querem posso enviar o documento. Os pontos mais importantes do documento já vimos, ou seja, já têm uma ideia geral do que se tratam esses termos de referencia. Basicamente o que já mencionou. E o que quero passar agora, acho que temos um tempinho para isso, caso contrário, acho que na próxima hora também estamos dedicados a esse tema, não é?

Vamos trabalhar sobre a área de trabalho 5, então assim que terminarmos esse bloco podemos continuar depois, porque temos uma hora a mais. Então o que está trabalhando a área de trabalho 5 agora? Está revisando os nomes geográficos, definidos, que já existem. Ou seja, há uma revisão do conceito de nomes geográfico, incluindo no guia do solicitante, como também em outros documentos anteriores, vinculados com a primeira rodada dos novos gTLDs. E agora vou analisar passo a passo, aqui incluí alguns exemplos. Tomem essas informações dos slides preparados pela secretaria da área de trabalho 5.

Então agradeço por ter compartilhado esse documento comigo. Também, se tivermos tempo nesta hora ou na seguinte, vamos passar um arquivo no Excel, que na verdade não é tão complexo, mas pode apresentar algumas dificuldades para acompanhar. O documento continua aberto a comentários, e vamos ter uma sessão, se não estou enganada, quarta feira de manhã, sobre a área de trabalho 5.

Então se estiverem interessados em ver como vai continuar trabalhando esse grupo, com esta informação, por favor, participem nessa sessão onde vamos centrar nos detalhes que são importantes para o GAC.

Alguma pergunta ou comentários? Muito bem. A questão é a seguinte, há diferentes definições, e o grupo propôs 3 perguntas

para cada definição. É um termo geográfico válido para os fins dos novos gTLDs. Quais foram os impactos, os méritos positivos, baseado no tratamento aplicado ao termo no guia do solicitante e, se são novos no processo, o guia para o solicitante é com o documento de licitação, como edital de licitação. O documento que tem que cumprir o solicitante, para fazer a solicitação do novo gTLD.

Foi publicado esse edital, o processo acabou em 2012, ou seja, deve ter sido publicado em 2008 e 2010. Esse é o documento de referencia que existe por enquanto. Era um guia para que os solicitantes pudessem saber como fazer as suas apresentações da sua solicitação para os novos gTLDs.

Então quando vêm essa primeira, é guia do solicitante em inglês. Outra pergunta era quais seriam os impactos, ou oportunidades negativas, com base no tratamento do termo no guia do solicitante. Essas 3 perguntas estão incluídas no documento de Excel, mas quero ver cada uma delas passo a passo.

A primeira definição que está no guia para o solicitante é a lista da norma ISO 3166/1. A lista de códigos alfa na segunda versão, por exemplo, .AR para Argentina, .BR para o Brasil. Ou seja, códigos de duas letras. .PR para Porto Rico e assim por diante. Eu incluí o exemplo que estava na apresentação do PowerPoint,

mas há muitos outros. Há como 300 e tantos códigos de duas letras.

Há dois textos referidos à políticas. Aquele de 2007, o PDP da GNSO. E não estava disponível naquela época como gTLDs, esses códigos de duas letras. Não se permitiam as cadeias de dois caracteres em código ASCII, para evitar um conflito com os códigos de países atuais e futuros, segundo essa norma ISO 3166/1. E também, no guia para a solicitante de 2012, se indicava que não estava disponíveis com os gTLDs esses códigos de duas letras, para evitar conflitos com códigos de países atuais e futuros na base desta norma ISO 3166/1.

Ou seja, na primeira rodada não estavam permitidos esses códigos, ainda temos que ver se serão permitidos na segunda rodada. Também alguns códigos de duas letras que não estão na lista, e outros códigos de duas letras que não foram solicitados como gTLDs.

Então temos que ver o que acontece a respeito. Temos então essas três perguntas sobre esse tema. Também está o grupo de trabalho intercomunitário sobre o uso de nomes de países e territórios. Que recomendou que não sejam utilizados esses códigos, porque seria uma confusão com os gTLDs.

Alguém tem algum comentário? Querem que fale mais devagar? Não? Continuo então.

Também há outras definições existentes. Os códigos de três letras, que estão na lista da norma ISO 3166/1, por exemplo, ARG para Argentina, AFG para Afeganistão, eu não posso dizer outros nomes, porque não quero errar. Então a política de 2007 dizia que estavam disponíveis esses nomes, mas que requeriam de um mecanismo um tanto complicado para que os governos pudessem apresentar uma objeção. Lembrem que havia alguns princípios para os novos gTLDs em 2007, e então esses critérios do documento daquela época são um guia importante para o GAC.

Os solicitantes devem indicar que o uso da cadeia de caracteres proposta não infringe as leis nacionais, nas quais está constituída a empresa do solicitante. Então esses códigos da lista da norma ISO não estiveram a disposição naquela rodada. A pergunta seria, estarão a disposição nas novas rodadas de novos gTLDs? Também estão os nomes na forma extensa que estão na lista da norma ISO 3166, ou sua tradução a qualquer idioma. Ou seja, esse é um nome completo de um país. Por exemplo, a república islâmica do Afeganistão. O PDP de 2007 estava disponível esses nomes, mas havia um mecanismo um tanto difícil para apresentar uma objeção, uma reclamação, por parte dos países, os solicitantes devem conhecer os princípios do GAC. Devem mencionar que o uso de caracteres propostos não infringe a lei nacional do local onde está constituída a

companhia do solicitante. E depois, no guia para o solicitante, se decidiu que não estivessem a disposição esses nomes como gLTDs. Ou seja, se alguém ter o domínio República Argentina, não vai poder conseguir.

Isso gera a pergunta se estarão disponíveis na próxima rodada esses nomes. Agora vamos passar a nomes de países ou territórios. A sua forma abreviada, ou sua tradução a qualquer idioma na norma ISO 3166 também está incluído. Por exemplo, Afeganistão, ou apenas Argentina, mas não República Argentina. No PDP de 2007 estavam disponíveis mais um mecanismo para que os governos apresentem uma reclamação, e solicitante que deve conhecer os princípios do GAC, indicar que o uso dessa cadeia de caracteres não inflige a lei nacional do local onde está constituída sua empresa.

Depois temos para o nome completo, ou abreviado de um país, isso é o que diz o PDP de 2007, ou seja, estão disponíveis, mas os países poderiam apresentar alguma reclamação. Mas, para 2012, no guia do solicitante não estão disponíveis esses nomes, nem na forma completa, nem abreviada. Isso pode ficar assim, ou pode mudar.

Também vemos os nome de países ou territórios na sua forma abreviada, ou completa, com relação ao código que foi designado como reservado de forma excepcional, conforme a

ISO 3166. Por exemplo, UK para Reino Unido, ou seja, alguns códigos de duas letras reservados para alguns países.

Na política de 2007 se diz a mesma coisa, de que para os nomes de países na sua forma completa ou abreviada, e também para os códigos de três letras. E também no guia para o solicitante se menciona que esses nomes não estão disponíveis. Também estão os elementos separáveis do nome de um país, que estão designados como tais na lista correspondentes, ou sua tradução ou nome como aparece na lista em qualquer idioma. Segundo o anexo correspondente do guia para o solicitante. Vemos a mesma política de 2007, ou seja, que estão disponíveis, mas que há um mecanismo para apresentar reclamações por parte dos governos, e no guia para a o solicitante de 2012 não estão disponíveis esses nomes como gTLDs.

Depois a transposição, ou permuta de qualquer um dos nomes mencionados previamente. Por exemplo, Ilhas Cayman, República Checa, a denominação de diferentes formas, como Checa, também a mesma política de 2007 da guia do solicitante que não estão a disposição esses nomes.

Então o que tem a ver com nomes de países ou territórios, vemos que alguns países têm dois nomes, que utilizam, por exemplo, Países Baixos, ou Holanda. Então vemos a mesma

política para 2007, e também vemos que no guia para o solicitante de 2012 não se permite o uso desse nomes.

Ou é nome oficial de um país, mas é um nome segundo o qual o país é normalmente conhecido, ou reconhecido. Também temos representação em qualquer idioma do nome da cidade capital de um país, ou de um território incluído nessa norma ISO 3166/1. Por exemplo, Londres como London, Berlim e Buenos Aires, que não é fácil de traduzir. Bom, temos as mesmas restrições para a política de 2007, no entanto há uma diferença no guia para o solicitante. Era possível utilizar esse nomes. Como vemos, há várias cidades, como Berlin já tem seu próprio TLD, também eu acho que São Paulo tem seu próprio TLD, mas não é São Paulo o TLD. Acho que tem um Rio, Berlim, Nova Iorque, Paris, Londres. Vemos que se utiliza o nome da cidade como TLD. Nesse caso, no guia para o solicitante, o solicitante deve ter o apoio, ou a não reclamação dos governos, ou autoridades públicas pertinentes dessa cidade.

Por isso vemos que há diferentes cidades do mundo que são TLDs. Depois temos outros nomes geográficos, nomes de cidades, que são utilizados para propósitos que têm a ver com o nome da cidade. Por exemplo, Florença, Frankfurt, Bath. Temos o mesmo PDP de 2007, que diz exatamente o mesmo que nos outros casos, e no guia do solicitante é necessário o apoio, ou a

falta de objeção, do governo ou autoridades públicas pertinentes.

O mesmo que acontece com as cidades. Depois temos nomes de cidades, a não, não, desculpem. Eu já disse isso. Depois temos a coincidência exata com o nome de um lugar dentro de uma jurisdição nacional, como por exemplo, províncias, estados, distritos, que estão enumerados na lista da norma ISO 3166/2. Por exemplo, todas as províncias da Argentina. Também temos um estado, uma província de Afeganistão. Desculpem, que eu não posso pronunciar bem. Também temos a mesma restrição na política do ano 2007. Estão disponíveis esse nomes, mas com certa dificuldade para a apresentação de objeções, e depois o guia para o solicitante diz que é necessário contar com o apoio ou a ausência de objeção das autoridades públicas, ou governos pertinentes.

Poderíamos solicitar o uso de um nome de uma província Argentina, mas teria que contar com o apoio do governo dessa província, e até do governo nacional. Depois temos cadeias de caracteres que estão em uma região da UNESCO, ou que aparecem, por exemplo, na composição de regiões ou continentes. Regiões macrogeográficas, também subregiões geográficas e diferentes economias, ou grupos, por exemplo, na África Setentrional. Isso tem a ver com marcas estabelecidas em nível mundial, mas não estão incluídas nessa lista da UNESCO.

Como não estão enumeradas, surge a dúvida de se estarão disponíveis, ou não, conforme o guia do solicitante.

Na política de 2007 se indica que são disponíveis, com certas objeções, e no guia para o solicitante é necessário o apoio, ou a ausência de objeção de, no mínimo, 60% dos governos nacionais correspondentes dentro dessa região. Acontece que alguns dos governos não estavam nessa lista e, por isso, surgiu um conflito.

Aqui temos comentários de alguns membros do GAC, que acho são pertinentes, nas definições incluídas no guia para o solicitante de 2012. É possível ver que essas definições foram efetivas. Porém, surgiram problemas porque alguns nomes geográficos eram para determinados governos, comunidades geográficas, mas não estavam incluídos na lista. Por exemplo, .AMAZON, que continua sendo um conflito, cuja resolução está pendente.

Então sugerem incluir no debate sobre a definição de nomes geográficos, a noção de nomes com o significado geográfico que não estavam incluídos no guia para o solicitante. Por isso espera-se ter um debate, uma discussão, para poder incluir essas definições e ter um quadro acordado de todas as partes interessadas nessas solicitações.

Se lembram, em abril, houve um seminário web, Jorge Cancio da Suíça e eu apresentamos algumas ideias, que compartilhamos com esse grupo de trabalho. Não contam com apoio do GAC plenamente, mas achamos importante compartilhar com toda comunidade. Por exemplo, acerca de criar uma maneira em que o solicitante pode consultar uma base de dados, ou ter uma lista de referencia ou repositório de nomes, para poder verificar se essa cadeia de caracteres solicitada como TLD é de interesse para alguma comunidade, ou países que não estão nessas listas.

Temos que ver então quais foram os casos que criaram maiores conflitos na primeira rodada. Essa é a análise que o grupo realizou até hoje, não sei se alguém tem comentário, pergunta. Talvez, porque eu quero compartilhar um documento com vocês, esse documento ainda não está na sua versão final. É um arquivo Excel, bastante extenso. Tem todas essas categorias que acabo de comentar, que tem a ver com a política de 2007 e o guia para o solicitante, é claro que vocês podem apresentar seus comentários. A ideia é ver o que foi positivo, ou negativo, se surgiu algum conflito. Verão comentários dos colegas da comunidade surgidos nas teleconferências. São as teleconferências que realiza esse grupo de trabalho da área de trabalho 5 a cada duas semanas.

Esse documento ainda está aberto para comentários, podemos revê-lo e adicionar os comentários necessários. Acho que quarta feira de manhã vamos ter uma sessão de duas ou três horas para tratar esse tema, e são todos bem-vindos para tratar esse tema na sessão.

Vejo que estou falando demais. Vou beber um pouquinho de água. Tem a palavra o representante da China.

CHINA:

Obrigado Olga por essa apresentação tão completa, e por esse documento tão completo, e pela sua apresentação que também foi muito completa. No que diz respeito ao prazo, para fazer essa tarefa, para conseguir as definições, tenho uma pergunta. Esse grupo já acordou um prazo de trabalho para essas definições? Se tivéssemos um prazo maior seria de utilidade, porque cada membro do GAC, alguns deles talvez tenham que fazer algumas tarefas, é pelo sua parte. Com relação aos nomes geográficos, no seu território ou país. É essa minha pergunta, obrigado.

OLGA CAVALLI:

Muito boa sua pergunta, o documento já está aberto para comentários, não tenho presente exatamente a data de encerramento para apresentação de comentários. Christopher

pode me ajudar? Não temos um prazo ou data de finalização para a apresentação de comentários. Temos essa oportunidade ainda aberta.

CHINA:

Minha pergunta tem mais a ver com todo o procedimento, que tem a ver com o trabalho para conseguir essas definições. Não são só apresentações de comentários. No documento que está se tratando nesse momento, talvez possam indicar qual o prazo limite para todo esse trabalho a respeito da definição de um nome geográfico.

OLGA CAVALLI:

Muito bom comentário, temos que incluir isso no programa e no temário do PDP. Então vamos fazer um resumo, uma primeira versão preliminar, e depois da reunião da quarta feira talvez eu possa consultar os meus colegas, e dar uma resposta.

Tenho que falar com os meus colegas desse grupo de trabalho. Seu comentário é realmente muito importante. Tem em conta que esse processo não é apenas para o GAC. Temos que nos unirmos para também o que tem a ver com a GNSO.

ESTADOS UNIDOS: Somente queria estar certa do que estava vendo. Muito obrigado pela apresentação. Quero que saibam que estamos revendo todos esses documento, em relação aos nomes geográficos. Também queria fazer uma pergunta de procedimento, peço desculpas por não conhecer a resposta. Mas no que diz respeito a como os representantes oficiais do GAC participam desses grupo, eu acho que se tivéssemos um representante oficial do GAC, somente poderíamos falar de posições adotadas pelo GAC.

Então eu me pergunto se esses participantes podem também participar dessas áreas onde não há uma posição garantida para todo o GAC. Se só podem sair desse lugar de representação oficial, e dar sua perspectiva também.

Quero entender do nosso governo como é que funciona isso, para entender que sejam cuidadosos na posição que apresentam ali. Como trabalham como membros e não como representantes oficiais do GAC.

OLGA CAVALLI: É, boa pergunta, talvez teria que passar a pergunta para Jeff Newman ou Cheryl Langdon-Orr. Isso tem a ver com o procedimento do PDP, mais do que o que está dizendo. Acho que vou transmitir a pergunta para os outros copresidentes, e acho que é uma observação válida que faz. Se está de acordo eu

posso perguntar. Muito obrigado por apresenta-lo aqui. Desculpe que não vi antes, porque há outras pessoas situadas na sua frente. China quer fazer outro comentário?

TAILÂNDIA:

ThongChai da Tailândia. Tenho uma pergunta sobre algo que mencionou antes. Eu sou bastante novo aqui. Faz referencia a uma sessão em que é necessário o apoio, ou falta de objeção dos governos ou autoridades pertinentes. Há uma definição clara do que é um governo pertinente nas autoridades públicas?

OLGA CAVALLI:

É muito importante a pergunta. Normalmente é difícil defini-lo. Pode ser um governo municipal, nacional, provincial. Essa discussão foi mantida quando falamos o tema de Patagônia. Patagônia significa muitas coisas no nosso país, e no nosso país pode ser que muitas províncias pertençam ou não a Patagônia, não está exatamente definida, é um nome muito antigo. Em alguns casos é fácil de saber se é a cidade, sabemos que a cidade tem um governo, ou autoridade principal e governo do país. Em nome do país, em outros casos, é possível definir. É uma boa pergunta, não tenho resposta.

Benedicto?

BRASIL:

Bom dia Olga, bom dia a todos. Sou Benedicto para que conste nos registros. Em primeiro lugar quero agradecer por passar essa informação atualizada sobre as atividades do grupo de trabalho do GAC nesse assunto. Tenho algumas perguntas, talvez por ignorância, mas me interessou essa discussão. Infelizmente não pude participar na medida em que eu teria gostado de participar. Talvez uma pergunta preliminar, que poderia ser, e sobre a qual queria um esclarecimento. Entendemos que esse grupo de trabalho do GAC já existia antes de que se iniciasse a área de trabalho 5.

Minha pergunta é a seguinte, se olharmos para a agenda do GAC, ontem falamos da área de trabalho 5, e agora estamos falando dos mesmos temas, mais ou menos, no contexto do grupo de trabalho, e vamos retomá-lo na plenária. Então a pergunta é se o grupo de trabalho que precede o estabelecimento da área de trabalho 5 pode ter mudado de finalidade, porque talvez a ideia era recorrer a esse grupo de trabalho como ferramenta para a coordenação, ou informação. E talvez seja difícil ver como se vincula com essa finalidade nesses dois aspectos hoje.

A discussão sobre nomes geográficos dentro do contexto da ICANN, não vai estar limitado, ou encapsulado, ou isolado, no silo dentro da ICANN em si próprio. Essa é uma preocupação que temos. Eu vi que fez referencia a lista ISO, dentre outros, mas há

parâmetros básicos que tem a ver com o que aconteceu dentro da ICANN em si própria, a área do solicitante, o PDP, e eu me preocupo com isso, porque esse tipo de debate se estende para além da ICANN. Esta se levando a cabo muitos outros fóruns, outras instâncias, então se tomada uma decisão dentro do contexto da ICANN, talvez ela não considere de forma devida a formação e discussões que se passam em outras partes. Nós sabemos que as vezes não há maneira direta para tomar decisões em alguns lugares, simplesmente há discussões, mas nos preocupa que o que está acontecendo na ICANN está prejudgando, se antecipando ao que se possa discutir em um contexto mais amplo, e talvez mais apropriado, mais adequado.

Então queria transmitir essa preocupação para ver se pode falar um pouco mais sobre isso, porque quando vejo as perguntas que estão formulando, estão muito focadas no contexto. É claro que, quando tentamos abordar essas perguntas podemos alargar a discussão, incorporar outros elementos, mas basicamente fazem referencia aquelas coisas que estão acontecendo dentro da organização. Por enquanto esses são alguns comentários, também fiquei preocupado quando disse que os códigos de dois caracteres não estão autorizados para a delegação agora, mas não se sabe o que pode acontecer no futuro. Então a luz do que aconteceu nos códigos de duas letras de segundo nível, me preocupo que algumas pessoas, inclusive

considerem abri-lo para a delegação. Sabemos que parte da comunidade estaria em favor disso, mas, mais uma vez, vemos essas mudanças drásticas no uso do código de segundo nível. Então isso poder afetar o equilíbrio dos parâmetros básicos sobre os quais estivemos trabalhando.

Portanto, para a minha delegação isso é de grande preocupação, e acho que para outras também. Ver essas iniciativas e esforços. Muito obrigado.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado ao senhor Benedicto. Vou começar abordando a segunda parte do seu comentário. Agradeceria se você, Milagros e outros colegas, que pensam que teria outras informações para incluir no PDP, que as identifiquem, porque eu tenho que coordenar o trabalho do grupo de trabalho da comunidade, mas também fazer retroalimentação da parte do GAC, e acho que essa é uma contribuição muito pertinente e acho que é um bom momento para fazê-lo. Porque estamos nesse processo de revisar as fontes. Por enquanto estamos vendo ou que aconteceu nos documento da ICANN entre 2007 e 2012, mas isso não impede no grupo revisar outras fontes. Se você ajudar com algum texto eu posso transmitir para a área de trabalho 5, e na próxima reunião, quarta feira de manhã, ou conforme disse a representantes dos Estados Unidos, se tem que funcionar ali

como membro do GAC, ou com outra função, acho que podemos procurar outra resposta. São comentários importantes, e podemos transmiti-los ao processo.

O que acordamos na última reunião que mantivemos em Abu Dhabi com esse grupo de trabalho, foi que iríamos deixar de rever o que estávamos revendo no grupo de trabalho, e íamos deixar de analisar o que estava acontecendo na área de trabalho 5, íamos ver se o grupo de trabalho poderia contribuir com alguma informação. Acho que Jorge foi muito bom fazendo essas contribuições durante o processo. Eu tenho que ser neutra, porque eu presido, é claro que eu tenho as minhas próprias opiniões sobre diferentes coisas, mas tenho que manter uma posição neutra pela minha posição.

Essa foi a ideia do grupo de trabalho, e eu agradeceria que os colegas pudessem fazer também esse esforço. A agenda de todo o GAC, em pleno, decidi fazer isso. A Bélgica quer falar?

BÉLGICA:

Eu quero dizer bom dia a todos, e quero agradecer ao GAC e todos os participantes do grupo de trabalho. Em particular a Suíça pela sua contribuição, e quero lembrar que para os governos a discussão é um tema prioritário. É impossível para nós registrar todos os nomes de cidades, províncias, regiões, é um trabalho, um esforço considerável. Constatato que há um

desequilíbrio na representação do grupo de trabalho, e na área de trabalho 5, porque finalmente não há tantos estados que estejam representados. Queria insistir no fato de que a falta de participação dos estados não representa uma falta de interesse, mas falta de recursos. E esse seria o caso da Bélgica. Fomos muito ativos desde Beijing, na proteção dos nomes geográficos, mas é impossível para nós infelizmente participar em todos os grupos de trabalho.

Acho que é interessante continuar tendo as discussões aqui dentro do GAC, e não teríamos que deixar só a discussão no grupo de trabalho que implementa a ICANN, e que dirige a ICANN. Estou de acordo com que o fato de ter opiniões minoritárias nos permite expressar-nos, mas a representação bastante reduzida dos governos, não garante que as nossas posições realmente sejam consideradas.

Pode dar a impressão de que não nos interessa a temática, e não é assim, queria lembrar que estamos muito atentos ao que acontece nesse grupo, e que queremos que se obtenha rapidamente um novo procedimento que proteja o interesse público que representa os governos. Como a China, eu também gostaria de solicitar que se leve em conta e se apresente o calendário que vai se definir para esse grupo de trabalho. Muito obrigado.

OLGA CAVALLI:

Estou de acordo. É muito desafiante o tempo em que temos que realizar, por isso pensamos que era bom manter esse espaço para revisar o que estava acontecendo na área de trabalho número 5. Queria dizer alguma coisa e agora esqueci.

Com respeito aos prazos, eu vou recorrer ao grupo de trabalho em geral, e eu vou solicitar essa informação, porque também o colega da China solicitou. Tenho que ler o texto agora, formal, mas proponho o seguinte, temos mais uma hora, não é? Para tratar esse tema. Não há nada mais preparado, somos só nós. Vamos fazer o seguinte. Eu tenho que ler o texto formal para encerrar essa sessão. Vamos tomar uns minutos para poder utilizar os banheiros. Chegou aqui um dos vice presidentes, muito bem, chegou a autoridade. E depois, na próxima hora, vou tentar fazer um resumo, mas se eu não conseguir resumir o que está nesse arquivo do Excel, vou apresentar que não é tão difícil de revisar, mas tem muita informação, e é um documento muito amplo. Vamos dar por encerrada então essa reunião, me permitam ler o texto oficial. O item 9 da ordem do dia, na sessão sobre o grupo de trabalho dos nomes geográficos de domingo, 11 de março.